

**Rosimere Mendes Cabral**

Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense.

# Arquivo como Fonte de Difusão Cultural e Educativa

A função dos arquivos públicos como instituição é o recolhimento, a preservação e a organização dos fundos documentais produzidos pelo governo nos âmbitos municipal, estadual e federal, de forma a servir como fonte de informação para o administrador, o historiador e o cidadão. Outra função de cunho mais social, embora pouco explorada no Brasil, diz respeito ao papel educativo e de difusão cultural dos arquivos.

No que se refere à função social, sabe-se que algumas instituições arquivísticas brasileiras promovem palestras, seminários, exposições, debates, lançamentos de obras, entre outras atividades. Contudo, quando se pensa o arquivo como um espaço de difusão e ação cultural, pretende-se que sejam realizados não apenas eventos circunstanciais, mas implementado um programa sistemático visando aproximar o público em geral, com o intuito de dar

acesso à informação e fomentar a criação de conhecimentos.

A ideia de pensar o arquivo como um espaço de difusão cultural permite duas vias de ação, que, de acordo com Bellotto (1991, p. 228), seriam o lançamento de “elementos de dentro do arquivo para fora”, buscando atingir um maior “campo de abrangência”, e “o retorno dessa mesma política, acenando com atrativos no recinto do arquivo”. Esse caminho da difusão cultural, conforme citado, já é trilhado por algumas instituições arquivísticas brasileiras, ao promoverem eventos como congressos, seminários, reuniões. Em instituições de outros países observa-se uma prática que vai além dessas atividades, ao proporcionar ao público novas experiências, como a que ocorre no Museu de História da França, chamada de *Le quart d’heure de culture*, em que um comentário sobre um “grupo documental de interesse mais popular” é produzido pelos arquivistas, na hora do almoço, atraindo trabalhadores das redondezas. Trata-se de uma forma de aproximar um público diversificado, expandindo assim as categorias mais comuns de pesquisadores, como os historiadores e estudantes de graduação, de forma que percebam a importância do arquivo enquanto instituição que, além de suas funções de custódia, preservação, recolhimento e organização, também participa ativamente da vida cultural da cidade.

Bellotto (1991, p. 228) apresenta exemplos de outros países, como Estados Uni-

dos, Rússia, Alemanha e Espanha, onde o uso da transmissão radiofônica de “apresentação comentada” tem alcançado bons resultados ao ser usada concomitantemente à exposição, no saguão do arquivo, do “documento do mês”, selecionado de acordo com “uma efeméride ou evento”. Esse trabalho conjunto de exposição e transmissão radiofônica alcança um público diversificado e pode ser planejado de forma sistemática. Poderia ser implementado no Brasil com alguma facilidade, visto que se tem prática neste tipo de atividade (exposição) em bibliotecas, arquivos e museus, faltando, assim, aliar a transmissão via rádio. A aproximação com as bibliotecas e os museus facilitaria a maior comunicação entre os profissionais destas instituições, como bibliotecários e museólogos, com os arquivistas e historiadores, possibilitando assim uma troca de experiências e informações de forma a suscitar uma gama de reflexões acerca do papel social dos profissionais e das instituições. Esta rede de contatos permitiria, então, repensar a prática diária e, principalmente, rever as metas, planejamentos e política institucional, que se poderia ampliar a fim de aumentar o público visitante de exposições, seminários, para algo além, incluindo um programa sistemático voltado para a difusão e a ação cultural, com atividades na quais o público se tornaria agente ativo no processo e não mero espectador.

Há várias atividades possíveis de difusão cultural em instituições arquivísticas,

conforme Bellotto (1991), e este trabalho ressaltará duas: o arquivo como fonte educativa e o arquivo orientado para ação cultural.

Arquivistas alemães trabalham em conjunto com agências de turismo contribuindo para a criação de textos, “correção de notícias históricas em seus folhetos publicitários, cartazes, mapas, ou para a sinalização de monumentos”, como mostra Bellotto (1991, p. 229). Tais exemplos mostram a variedade das atividades a serem exercidas por arquivistas de forma a participarem mais ativamente da movimentação cultural e turística das cidades, indo além do papel técnico. As contribuições advindas desses profissionais da informação abrem espaço para uma atuação mais voltada para o lado lúdico, ao proporcionar ações no âmbito educacional, cultural e turístico. É necessário um bom planejamento das atividades a serem desenvolvidas, de modo que sejam sistematizadas e avaliadas constantemente e se façam ajustes e correções ao longo dos projetos, assim como adequações em relação aos objetivos que devem ser alcançados.

Vale ressaltar que, quando se fala de uma prática que vai além da técnica, em momento algum se pretende diminuir a importância dessa dimensão, visto que sem ela não seria possível uma recuperação satisfatória dos documentos. O que está em pauta é algo mais, ou seja, uma prática que conjuga o lado técnico com o cunho social da instituição arquivística, por meio de uma política voltada

para o público, atraindo-o de forma que compreenda o arquivo como espaço de coleta, preservação, mas também como lugar de criação de conhecimentos, de lazer cultural. Uma pesquisa informal realizada com alunos de graduação em arquivologia mostrou que um pequeno percentual deles pensa o arquivo como espaço de lazer cultural. A maioria acredita que seus familiares e amigos não têm interesse em visitar e frequentar um arquivo. Ora, se os graduandos da área não veem seus espaços de trabalho como lugares de difusão cultural, e não pensam que poderiam sê-lo, a mudança de visão tende a se comprometer.

Reitera-se que uma boa comunicação, um alinhamento com outros profissionais, em especial bibliotecários e museólogos, poderia facilitar a criação de um programa sistemático de atuação dos arquivos voltado a uma prática direcionada aos campos educacional, cultural e turístico. A respeito da ligação entre arquivo e educação, é necessário que se atente para as experiências de outros países, para então verificar como adequá-las à realidade brasileira, e, ainda, que se avalie a validade de orientar os arquivos para a prática educativa, em consonância com a estrutura funcional da própria instituição. Payne (apud Bellotto, 1991, p. 231) apresenta uma orientação a respeito:

O desenvolvimento de laços entre os arquivos e a educação não depende só da compreensão do papel que a educação deve exercer no mundo contemporâneo;

são igualmente importantes o reconhecimento do verdadeiro valor dos arquivos como fonte educativa e a vontade de transformar o valor educativo potencial dos arquivos em programas positivos e realistas.

Daí a necessidade de uma avaliação, por parte da instituição arquivística, da adoção de uma prática que pense o arquivo como fonte educativa, ao aproximar, por exemplo, estudantes de ensino médio ou crianças por meio de um programa sistemático de trabalho conjunto com as escolas.

Um belo trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), em Portugal, foi apresentado no VII Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica, no Rio de Janeiro, em 2011, pela arquivista Maria de Lurdes Henriques. O serviço educativo do ANTT possui duas vertentes de atuação: a implementação de uma estrutura organizacional com foco nas visitas escolares, de forma a atender diversas faixas etárias e de ensino, com temas variados e integrados aos planos curriculares; e a concepção, planejamento, organização e implementação de exposições e/ou mostras documentais permanentes, “direcionadas para fins didáticos pedagógicos, mediando-as para diferentes públicos-alvo, investindo nesses públicos, por forma a aproximá-los do Arquivo, dando-lhes a conhecer o seu património e promovendo simultaneamente lições de cidadania”.

A experiência do ANTT mostra o trabalho conjunto do arquivo com as escolas por meio de um programa sistemático que orienta o planejamento de ações realizadas com base nos planos curriculares, como forma de promover aulas fora das escolas, com atividades que envolvem outros modos de leitura, diferentes dos livros, o que permite o enriquecimento com a descoberta de diversas escritas. Esse trabalho promove a aproximação dos estudantes com a instituição e a prática arquivística, ao mostrar um lugar de descobertas, de busca de novos conhecimentos, melhorando a compreensão sobre a importância daquele espaço no contexto histórico-cultural da cidade, do país. Possibilita, ainda, o interesse dos alunos em aprender de maneiras diferentes daquelas apresentadas nas salas de aula, complementando a práxis docente com outros tipos de material, como documentos históricos relevantes para a história do país, que são mostrados na íntegra com seu vocabulário e tipos de letra específicos. Os documentos podem vir acompanhados de uma tradução preparada por arquivistas, e pode ser proposto aos alunos que recriem documentos históricos com outros formatos, como vídeos, desenhos, pinturas, estimulando assim a criatividade e a passagem de sujeitos passivos para ativos no processo de geração de novos conhecimentos.

A fonte educativa propiciada pelo arquivo pode ser uma grande aliada no processo pedagógico das escolas, auxiliando no ensino de matérias como história, portu-

guês, ciências, ao oferecer uma gama de documentos que fazem parte dos fundos dos arquivos. Trabalhar com os planos curriculares permite que tanto professores como arquivistas planejem as atividades, ao longo do ano letivo, com exposições, aulas, oficinas e debates que visem aprofundar as informações recebidas pelos alunos. Assim, por meio destas atividades, eles podem participar como sujeitos ativos no processo de criação de conhecimentos. A experiência apresentada pela arquivista Maria de Lurdes Henriques, do ANTT, mostra que o programa educativo faz parte da política institucional, num trabalho conjunto com a área de educação, como estratégia de auxílio aos professores, e, principalmente, de política educacional, como chave para a melhoria da qualidade do ensino e a difusão cultural propiciada pela instituição arquivística. Esta aproximação permite ainda maior visibilidade do profissional arquivista junto à sociedade, numa postura que vai além do tecnicismo, proporcionando outras experiências, mais lúdicas. E não se pode deixar de mencionar a possibilidade de abranger um público maior, assim como a necessidade de ampliação de atendimento, aumentando o horário de abertura, inclusive nos fins de semana, algo incomum nas instituições brasileiras.

O caso português mostra como o arquivo, orientado para uma política educativa, pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino na rede escolar, ao estimular uma cidadania mais ativa e par-

ticipante, buscando formas variadas para o processo de geração de conhecimentos, e, como diz Paulo Freire, “educar para a liberdade”.

Por exemplo, o ANTT oferece aos escolares documentos numa calota esférica com tela sensível ao toque, num projeto que ensina astronomia. O programa educativo deve ainda abranger outros públicos, como os idosos, em atividades orientadas no sentido de propiciar experiências lúdicas, diálogo intercultural, além de promover o acesso ao conhecimento e a valorização do profissional arquivista.

Retorna-se, assim, à proposta inicial de pensar o arquivo como fonte educativa e orientada para a ação cultural.

**E**m se tratando de ação cultural, é ainda incipiente essa prática em unidades de informação como bibliotecas e arquivos, mas o tema vem sendo debatido desde o início da década de oitenta, após a apresentação de Flusser no XI Congresso Brasileiro de Documentação, em João Pessoa, Paraíba, em 1982.

Flusser (1983, p. 148) trouxe a ideia da biblioteca como instrumento de ação cultural, sendo esta “basicamente mediação e criação de acervo, inserido em contexto cultural bem definido”. Ora, são conhecidas as diferenças entre arquivos e bibliotecas quanto às suas funções, e não se pretende a transposição de práticas biblioteconômicas, todavia são espaços que, como dissemos, podem e devem ser

usados para trocar experiências de forma a contribuir para novas perspectivas de trabalho. Assim, pensa-se que a prática da ação cultural pode ser desenvolvida dentro das instituições arquivísticas como mostra o trabalho realizado no ANTT, por meio de sua participação efetiva na inovação curricular, com a aproximação entre bibliotecário escolar, professores e arquivistas.

Este processo de interação baseado em visões múltiplas sobre os fundos documentais propicia novas experiências a serem vividas pelo público, leituras codificadas para facilitar a compreensão de documentos e maior consciência acerca dos documentos arquivísticos e de sua importância, além de contribuir para a formação da cidadania do público escolar.

**O** outro trabalho vem sendo desenvolvido pelos arquivos franceses desde 1950, apesar da ideia de se criar serviços educativos ter tido início após a Segunda Guerra Mundial, com sua abertura a um novo público – “embora o contato arquivo-escola já se processasse desde 1912” – através de “circular do diretor dos *Archives nationales*”, tornando obrigatória a realização de conferências periódicas, feitas por arquivistas, para os alunos das escolas normais, segundo relatos de Bellotto (1991, p. 234), que elenca as atividades dos serviços educativos que os arquivos franceses desenvolvem. Dentre elas está uma prática que chama a atenção pelo seu potencial de aproximar

os alunos e de ampliar o público para a comunidade do entorno das instituições arquivísticas. Na atividade em questão, são realizadas campanhas “junto aos alunos para a coleta de documentos familiares ou de estabelecimentos comerciais, industriais, esportivos, sindicais ou políticos aos quais seus familiares ou amigos estejam ligados”. O material recolhido engloba “lembranças orais e escritas, material de valia para a história local contemporânea” (Bellotto, 1991, p. 237).

A reunião deste material composto por documentos familiares, como fotografias, relatos orais e escritos, aproxima-se do uso da história oral como metodologia cuja finalidade é a criação de fontes históricas, de acordo com Freitas (2006, p. 19), sendo a história oral “dividida em três gêneros distintos: tradição oral, história de vida, história temática”. O primeiro gênero pode ser definido “como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra” (Vansina, 1982, p. 157 apud Freitas, 2006, p. 19). A história de vida, segundo gênero, “pode ser considerada um relato autobiográfico, mas do qual a escrita (...) está ausente”, por meio de uma reconstituição do passado pelo próprio indivíduo.

Já na história oral temática, a entrevista “é realizada por um grupo de pessoas, sobre um assunto específico”, como explicitado por Freitas (2006, p. 21-22). Um projeto de história oral pode ser desenvolvido como “iniciativa individual ou trabalho coletivo: em pré-escolas, nos primeiro e segundo

graus, nas universidades, na educação de adultos, por centros comunitários, por museus convencionais, museus itinerantes ou por museus de rua e por outras instituições”.

Como vimos no caso da França, esse modelo também pode ser desenvolvido por instituições arquivísticas públicas, e aqui se abre uma possibilidade para os arquivos de empresas privadas, que poderiam estabelecer um programa sistemático de coleta de material por seus funcionários, sob coordenação do arquivista. Fotografias, convites de eventos, inaugurações, vídeos, enfim, diversos materiais podem ser colhidos para uma exposição que contasse a evolução histórica da empresa com base no material recolhido. Esse trabalho desenvolvido pelo arquivista visaria envolver o corpo de trabalhadores na formação de um espaço dinâmico, onde se pudesse trocar ideias, relatos, experiências, reflexões, e criar novos conhecimentos por meio da prática da ação cultural. Esta seria vista como um processo que engloba atividades que propiciem “condições para o encontro de indivíduos e para o estímulo da atividade cognitiva”, conforme Flusser (1983, p. 159).

Dessa forma, podem-se ampliar as possibilidades de se pensar a instituição arquivística, com a promoção de uma prática que propicie aos indivíduos serem sujeitos ativos no processo de geração de conhecimentos, a partir dos fundos documentais dessas instituições e da criação de novos fundos por meio da coleta de materiais,

seja de grupos familiares, idosos, comerciais, políticos, ligados, como no caso dos arquivos franceses, aos alunos envolvidos em atividades dos serviços educativos. Isto se daria também por meio das narrativas orais, como orienta Freitas (2006), enquanto possibilidade de aproximação do público, que, ao se sentir sujeito ativo no processo de construção de conhecimentos e novos fundos através das histórias de vida, forma um importante material para a história local e contemporânea.

A prática da ação cultural possui um caráter transformador da realidade social e pressupõe que os indivíduos sejam sujeitos ativos num processo sistemático de criação de novos bens culturais e conhecimentos, e não em atividades esporádicas, ou seja, que eles participem ativamente no “sentido de opinar, formular e criar” (Rosa, 2009, p. 373), como sujeitos da cultura, por meio de trocas de experiências, debates que permitam aos indivíduos uma visão mais reflexiva e crítica do mundo onde se vive.

O uso da história oral como metodologia aliada a um serviço educativo bem planejado, como nos exemplos apresentados, em consonância com uma política institucional orientada para algo além das funções primordiais de um arquivo, pode propiciar uma mudança de imagem junto à sociedade e, principalmente, contribuir na formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel, assim como da história, do passado no qual estão inseridos enquanto indivíduos.

Percebe-se que uma política institucional que trabalhe com serviço educativo bem estruturado com as escolas e seus currículos, ações culturais voltadas a públicos variados, com base nos fundos documentais das instituições arquivísticas e dos que podem ser criados pelas atividades desenvolvidas, proporcionariam uma guinada na visibilidade dos arquivos e arquivistas junto ao público em geral, aumentando a visitação.

A mudança de visão sobre a capacidade dos arquivos, como dissemos, passa por uma mudança da política institucional e também da visão que os arquivistas possuem da própria profissão, que engloba as funções técnicas essenciais à prática, como recolhimento, custódia, preservação e organização de fundos documentais, além de uma dimensão mais educativa, social e cultural.

Vale mencionar, ainda, a falta de recursos humanos e financeiros, que implica a dificuldade de se implementar uma prática direcionada para o serviço edu-

cativo e a ação cultural, uma vez que os profissionais estão muito ocupados com a função técnica diária. De fato, sabe-se das precárias condições de trabalho em arquivos públicos Brasil afora e das limitações encontradas pelos profissionais que neles atuam, como falta de material básico de trabalho, espaço adequado ao armazenamento de fundos documentais e sobrecarga devido ao pequeno número de funcionários. Contudo, a experiência do ANTT mostra que uma política institucional consolidada no sentido de priorizar uma prática voltada para a oferta proativa de divulgação de acervo, buscando novos públicos, inclusive a partir das escolas, é possível com uma equipe reduzida que atua na organização e planejamento do *marketing* cultural e de projetos.

É essencial boa articulação e comunicação entre todos os funcionários do arquivo para gerir os projetos, a fim de atingir qualidade e sucesso na implantação, manutenção e avaliação permanente do serviço educativo e das ações culturais.

## Referências Bibliográficas

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como instrumento de ação cultural. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 145-169, set. 1983.



FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GABRIEL, Vanessa Sena. *Ação cultural como ferramenta de comunicação*. São Paulo: USP, Escola de Comunicação e Artes, 2005.

HENRIQUES, Maria de Lurdes. *Conhecer e visitar: o serviço educativo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Disponível em: <<http://www.ala-archivos.org/?p=1354>>. Acesso em: 20 maio 2012.

ROSA, Anelise Jesus Silva da. *Revista ACB*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 372-381, jul./dez. 2009.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: \_\_\_\_\_. *História geral da África*. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982, v.1.

## R E S U M O

O artigo apresenta uma possibilidade de pensar o arquivo enquanto fonte educativa e de ação cultural, para além da sua função primordial de recolhimento, preservação e organização de fundos documentais. Discute a função social das instituições arquivísticas por meio de uma política institucional voltada para a capacidade educativa, social e cultural.

*Palavras-chave: instituição arquivística; fonte educativa; ação cultural.*

# A B S T R A C T

This article presents a possibility of thinking of archive as a source of education and cultural action, to beyond its primordial function of collecting, preserving and organizing documentary collections. Discusses the social role of archival institutions through institutional policy aimed towards the educational, social and cultural capacity.

*Keywords: archival institution; educational source; cultural action.*

# R E S U M É N

Este artículo presenta una posibilidad de pensar en el archivo como una fuente de acción educativa y cultural, además de su función primordial de reunir, conservar y organizar los fondos documentales. Analiza el papel social de las instituciones de archivo a través de la política institucional respecto a la capacidad educativa, social y cultural.

*Palabras clave: institución de archivo; fuente educativa; acción cultural.*

---

Recebido em 12/9/2012

Aprovado em 13/9/2012